

## **“ELES NÃO VIERAM, ELES CHEGARAM”: a territorialização dos camponeses no sudeste do Pará na Palmares II – Parauebas/PA**

## **"ELLOS NO VIERAN, ELLOS LLEGARON": la territorialización de los campesinos en el sudeste de Pará en Palmares II - Parauebas/PA**

### **Fabiano Bringel**

Doutor em Geografia. Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato – LEPEC/UFPE.  
fabianobringel@gmail.com

### **Evandro Neves**

Geógrafo. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) do PPGAA/UFPA.  
evandronevez@live.com

### **Arthur Brito**

Geógrafo. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) do PPGAA/UFPA.  
arthur-182@hotmail.com

### **Resumo**

O presente artigo vem contribuir para uma reflexão quando se completam 27 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará. Partimos de duas histórias densas que se confundem e, ao mesmo tempo, mantêm especificidades uma da outra: a da territorialização da luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará a partir do MST; e o resultado desse processo, o Projeto de Assentamento Palmares II, em Parauebas/PA. Preocupamo-nos em analisar como se circunscrevem as relações que permitem o desenho de um futuro para esse assentamento a partir das seguintes categorias analíticas: terra, trabalho e família. Compreendemos que a ação responsável pela desterritorialização do campesinato na fronteira é acompanhada frequentemente por ações reterritorializadoras, portadoras de uma capacidade de reinvenção do próprio camponês. Em um primeiro momento, a metodologia baseou-se em um levantamento bibliográfico-documental. Posteriormente, realizaram-se pesquisas de campo com entrevistas e observação direta.

**Palavras-chave:** Territorialização. Campesinato. MST. P.A. Palmares II. Parauebas/PA.

### **Resumen**

El presente artículo intenta contribuir con una reflexión cuando se cumplen 27 años del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) en Pará. Partimos de dos historias densas que se confunden y al mismo tiempo mantienen especificidades una de la otra: la territorialización de la lucha por la tierra en el Sur y el Sudeste de Pará a partir del MST; y el resultado de este proceso, el Proyecto de Asentamiento Palmares II, en Parauebas / PA. Nos preocupamos en analizar cómo se circunscriben las relaciones que permiten el diseño de un futuro para este asentamiento a partir de las siguientes categorías

analíticas: família, trabalho y la tierra. Comprendemos que la acción responsable por la desterritorialización del campesinado en la frontera es acompañada frecuentemente por acciones reterritorializadoras, portadoras de una capacidad de reinvenición del campesino. En un primer momento, la metodología se basó en un levantamiento bibliográfico-documental. Posteriormente, se realizaron investigaciones de campo con entrevistas y observación directa.

**Palabras clave:** Territorialización. Campesinado. MST. P.A. Palmares II. Parauapebas/PA.

## **Introdução**

Os representantes do capitalismo em articulação com o Estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960, o processo de ocupação da região e os conflitos se intensificaram em várias dimensões. Isso para entendermos que na correlação de forças entre os diversos sujeitos sociais (madeireiros, fazendeiros, mineradoras e Estado de um lado e, de outro, camponeses) na fronteira capitalista da Amazônia paraense, tende a prevalecer o ordenamento territorial das classes hegemônicas. No entanto, afirma-se insistentemente uma contra-hegemonia, representada pelo potencial dos camponeses em reconstruir seus territórios no Sul e Sudeste do Pará, que coloca em xeque o avanço linear e insustentável desses agentes do capitalismo. Dessa forma, consideramos que os assentamentos rurais que se consolidam há 27 anos na Amazônia paraense, em especial o Projeto de Assentamento Palmares II, constituem-se como expressão empírica de tal modelo contra-hegemônico.

Dois momentos teórico-analíticos foram dedicados para a construção deste artigo: o primeiro refere-se à territorialização da luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará a partir da chegada do MST nessa unidade federativa; o segundo, a um dos resultados da atuação do movimento social na região, o P.A. Palmares II, localizado em Parauapebas/PA. A partir disso, analisamos como as relações que permitem o desenho de um futuro para o assentamento se circunscrevem com base nas seguintes categorias analíticas: terra, trabalho e família. Para tanto, apoiamos-nos na contribuição de Woortmann (1990) para o qual o camponês está interligado à terra, ao trabalho e à família simultaneamente através de uma campesinidade. Como resultado, compreendemos que a ação responsável pela desterritorialização do campesinato na fronteira é acompanhada frequentemente por ações

reterritorializadoras, portadoras de uma capacidade de reinvenção do próprio camponês.

Cabe salientar que este artigo foi elaborado no contexto em que o MST completou 27 anos no Pará, e o Projeto de Assentamento Palmares II, seus 22 anos. Como em qualquer existência humana, não se vive vinte e dois anos impunemente. O assentamento, como o próprio MST, começou a tempo suficiente para tentar prosseguir sem tutela. Tempo este que parece ainda não ter sido suficiente para definir o que se pretende alcançar e que, simultaneamente, traz consigo o desenho de um futuro como tarefa do assentamento e do MST. Buscamos contribuir dentro de nossos limites, não acima ou externos a “eles”, como os acadêmicos costumeiramente se posicionam, mas a partir de uma caminhada que se faz ombro a ombro, lado a lado, que não é de hoje e nem termina amanhã.

### **Do capital mercantil ao capital financeiro: diferentes formas, mesmos conteúdos?**

Pensar o sul e sudeste do Pará hoje exige uma reflexão das relações de produção e de sua espacialização no passado, pois grande parte dos dilemas da questão agrária impostos às famílias camponesas da região tem origem na sua formação sócio-espacial (SOUZA, 2013). Sendo assim, uma de nossas primeiras tarefas será desvelar os componentes das especificidades em relação à agricultura e à ação do capital financeiro para que possamos compreender que a dinâmica do processo de acumulação na agricultura é diferente da do extrativismo mercantil.

As relações econômicas tiveram início no sul e sudeste do Pará após a chegada de comerciantes em fins do século XIX. Carlos Gomes Leitão<sup>1</sup> desembarcou no Rio Itacaiúnas com alguns comerciantes em 1894, contexto em que o estado do Pará detinha plena autonomia para dispor de terras devolutas em seu território, de acordo com a Constituição Republicana de 1891. A partir disso, Gomes Leitão e Sodré estabeleceram um contrato de caráter comercial para criar a colônia agrícola de Itacaiúnas<sup>2</sup> (EMMI, 1987). Mas os interesses iniciais voltados para a agricultura duraram até 1897, quando Gomes Leitão e Antônio Pimentel, com alguns outros comerciantes que buscavam os “campos gerais” para a criação de gado, não só os encontraram como descobriram também árvores de caucho (*Castilla ulei*), que seriam exploradas posteriormente para a produção da borracha (WEINSTEIN, 1993).

A descoberta das árvores de caucho em Itacaiúnas, em pleno contexto de *boom* da economia da borracha na Amazônia, ocasionou uma reconfiguração ocupacional da colônia após a chegada de maranhenses, goianos e cearenses, que vieram ao Pará com o objetivo de explorá-las. Mas esse contexto econômico do caucho para a produção da borracha não desfrutou de um período de longa duração. Em 1919, em um cenário economicamente tímido, em razão da queda do preço da borracha no mercado internacional, eram evidentes vários problemas econômicos associados aos impasses políticos no estado. Em função disso, houve a necessidade de reorientar os interesses comerciais para outros ramos, motivo pelo qual a extração da castanha assumiu o posto de atividade de maior relevância financeira (EMMI, 2002). Com o destaque da castanha-pará, as atividades econômicas continuaram girando em torno do extrativismo.

Nesse modelo econômico extrativista mercantil, o objeto do trabalho e da troca foram os frutos da terra. Em outras palavras, o que a terra “dava”. Na floresta e nas capoeiras, não importa o meio, são os produtos que interessam como objetos diretos da apropriação capitalista. Para isso, segundo Emmi (1989), o “capital comercial é fator determinante”, porém, determinante na “[...] medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja” (EMMI, 1989, p. 3).

O controle da coleta, inclusive, pode dispensar a propriedade direta da terra. Ainda que não seja o proprietário desta, o capital comercial precisa controlá-la – por vários meios e com amplo incentivo estatal – para garantir o trabalho de coleta e o primeiro beneficiamento (a produção). O transporte também é estratégico, pois visa garantir a circulação e o processo de comercialização. Para soldar esses pontos, os capitalistas comerciais da borracha e da castanha precisaram se

[...] articular com os que tinham o controle da terra e dos meios de transporte através do aviamento ou passar a exercer diretamente esse controle, o que não implicava necessariamente na propriedade da terra no sentido estrito. É o controle exclusivo da terra que se constituía na forma de dominação dos trabalhadores, obrigando-os a subordinar-se ao patrão para poder exercer seu trabalho. (EMMI, 1989, p. 3).

O que queremos afirmar é que, ao contrário do nordeste açucareiro ou do latifúndio pecuarista no Marajó, onde a propriedade fundiária determinou a afirmação da dimensão política e de suas lideranças (caso do coronelismo)<sup>3</sup>, no contexto econômico da castanha e da borracha, no Sul e Sudeste do Pará, foi o capital comercial que aproximou os exportadores do poder político do qual “[...] resultou a constituição dos grandes latifúndios indispensáveis para a sustentação e o desenvolvimento desse poder” (EMMI,

1988, p. 4). Houve, portanto, um processo específico de concentração fundiária nestas duas últimas mesorregiões, influenciado por sua formação sócio-espacial, também particular.

As relações sociais produtivas na economia da castanha aconteciam no contexto em que os castanhais eram explorados de maneira livre. Ao pagar uma taxa de inscrição à prefeitura local, os castanheiros ficavam autorizados a coletar uma quantidade específica de castanha. No entanto, embora recebessem a denominação “livre” ou “castanhais do povo”, a exploração não foi totalmente isenta de relações desiguais entre os coletores e os comerciantes, na medida em que estes controlavam a comercialização da castanha e subordinavam a produção daqueles, obrigados a estabelecer relações comerciais desiguais (LOUREIRO, 2004).

Quando conversamos com os moradores mais antigos, veteranos na Palmares II, emergiram expressões como “castanhais do povo”, o tempo da “terra livre”, a terra que era “liberta”, a terra “devoluta” e as terras “sem dono”, que fazem alusão ao período econômico da castanha. A clareza de confundir os termos “terra” e “liberdade” foi marcante quando questionamos os motivos para a imigração em direção ao oeste do Maranhão, ao Sul e Sudeste do Pará e ao Tocantins (antigo norte de Goiás, região conhecida como bico do papagaio por ter o formato de cunha entre a divisa dos três estados no mapa do Brasil). Ainda que se possa questionar em que medida a terra era “liberta” (MUSUMECI, 1988), esse discurso mostrou-se significativo junto à base de entrevistados disponível.

No espectro de interlocutores, destaca-se ainda a referência à figura do *juquireiro*, indivíduo que executava um tipo de atividade ocupacional que caracteriza um serviço prestado pelo castanheiro. Esses sujeitos atuavam tanto na coleta da castanha como na roça da *juquirá*, preparando o terreno para a coleta. Eles continuam sendo fundamentais no Sul e Sudeste do Pará hoje. No entanto, não mais na preparação dos castanhais e sim na derrubada da floresta para a formação de pastagens para fazendas que desenvolvem a pecuária, ocupação extremamente vulnerável à entrada no circuito do trabalho escravo no Pará.

Podemos constatar isto na fala de um dos nossos informantes, liderança importante na luta pela terra no Pará:

Grande parte desse pessoal foi utilizado como mão de obra para derrubar a mata “pra” plantar capim. Inclusive, grande parte deles foram utilizados, como

ainda são, como mão de obra escrava. Então esse pessoal já tinha uma prática agrícola antes, né? Eram agricultores, claro, no Maranhão e, no Maranhão, uma parte mais para nordeste, outra mais para a Amazônia, mas cada um com um tipo de comportamento em relação à agricultura, e depois vem pro Pará passa... vai “pro” garimpo... uns passam só dois anos no garimpo, tem uns que chegam já está fechado o garimpo, né? Maior parte juqueiro. (“Germano”, militante do MST e assentado na Palmares II, janeiro de 2014).

A enunciação de Germano exemplifica o perfil social dos assentados na Palmares II. Em outra entrevista, pudemos constatar tal exemplificação. É o caso de Tiago<sup>4</sup>, o Sr. Tula, assentado na Palmares II. Ele nasceu em 1945, numa localidade chamada de Lagoa da Serra, no município de Colinas, região do Alto Itapecuru no Maranhão (Mesorregião Leste). Começou sua trajetória de trabalho cedo. Com dez anos de idade, migrou com sua família para o interior de Imperatriz para trabalhar nas terras de amigos. Lá, passou dez anos, quando, em 1965, foi para Marabá (PA). Neste município, trabalhou na coleta da castanha como *juqueiro* no castanhal da família de Tufi Gabi<sup>5</sup>. O agricultor relata que trabalhou nas seguintes localidades desse castanhal: Baguá, na beira do Rio Vermelho; Centro Novo, beira do Rio Cardoso e Nova Descoberta. Todas pertencentes ao que é hoje o município de Eldorado do Carajás<sup>6</sup>.

Tula também narra que trabalhou para o Sr. Nelito Almeida nos anos de 1979 e 1980. Nelito era dono de um castanhal chamado de Surubim, em Marabá. A trajetória de Tula se desenhou na década de 80, período marcado por uma série de massacres no interior dos castanhais da região e por inúmeros conflitos entre os donos dos castanhais e os posseiros<sup>7</sup>. Surubim, Pau Ferrado, Ubá, Fortaleza e Princesa foram alguns deles.

O Surubim, em específico, foi um castanhal de 8.800 hectares, aforado para Nelito, onde foram assassinados oito trabalhadores no ano de 1985 (MIRAD, 1986). Esses massacres estão relacionados, de um lado, à própria decadência dessa economia e de seus representantes, embora politicamente estes ainda permanecessem em destaque (PEREIRA, 2013); de outro, a uma resposta de classe dessa mesma oligarquia à organização dos trabalhadores que começavam a ocupar os grandes latifúndios a partir do que se convencionou chamar de “luta posseira”<sup>8</sup>.

Mas os anos que se sucederam à década de 1950 anunciaram mudanças decisivas que afetaram diretamente a estrutura agrária do sul e sudeste do Pará. a partir desse contexto, o Estado brasileiro articulou uma relação com o capital internacional e reforçou a expansão do mercado capitalista no País, processo no qual a região amazônica, até então “desintegrada” ao restante da nação, assumiu devida importância. Com a abertura de

rodovias federais, acelerou-se o *cercamento* das terras e a redefinição gradativa da rede urbana, tornando-a cada vez mais complexa com o surgimento de novas cidades e municípios. Com isso, as rodovias conectaram o Sul e Sudeste do Pará às outras regiões do País, inserindo-os dentro de um contexto geopolítico de integração ao capitalismo financeiro internacional e nacional.

Como resultado, grandes massas de trabalhadores migraram para a Amazônia. Subjacentemente, fazendeiros e empresários acompanharam o movimento dessas pessoas, atraídos pelas benesses governamentais dos subsídios oferecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pelo Banco da Amazônia (Basa). A chegada do Banco Econômico, do Bradesco, do Bamerindus, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da família Lunardelli<sup>9</sup> também são exemplos desse processo.

Nesse cenário, grandes corporações, típicas representantes das formas capitalistas de produção, tornaram-se grandes latifundiárias, empregando trabalho escravo em suas fazendas e expandindo a monocultura da produção agrícola. É o caso da Volkswagen do Brasil, que apregoa em várias partes do mundo o uso de modernas técnicas de produção e relações de trabalho especificamente capitalistas, embora na Amazônia realize exatamente o contrário, muito compreensivelmente sem nenhuma publicidade. É o caso da CVRD, hoje Vale, que sob a batuta dos governos militares, sempre com discursos de um estado nacionalista, pactuou com a United States Steel (USS), da família Rockefeller, para explorar minério na Serra de Carajás<sup>10</sup>, que deu origem ao Projeto Ferro Carajás (PFC).

É neste mesmo cenário que constatamos a reconfiguração da matriz econômica da região: do extrativismo vegetal à exploração madeireira, da agropecuária e da produção mineral. Essa mudança se deve, em grande parte, ao caráter da Amazônia enquanto fronteira<sup>11</sup>, que está associado ao seu papel para a economia nacional e global, além de suas especificidades. Ressalta-se que por ser um espaço de intensificação capitalista recente, a região permanece como uma área de forte migração.

Enfim, hoje temos uma nova fase de surto modernizador, que não deixa de ser o mesmo de outrora, porém com novos sujeitos e cenários distintos. É o que avalia Porto-Gonçalves:

O que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro é uma nova fase de um longo processo histórico de moderno-colonização [...] as implicações são muito diversas [...] Em contextos autoritários, como o da sociedade brasileira, essa

moderno-colonização tecnológica reforça o poder daqueles que já têm poder, ao tornar os latifúndios ainda mais produtivos. É ao que se assiste com um novo ciclo de expansão capitalista no campo brasileiro [...] através de fortes alianças que se forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitalistas nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, etc.), com instituições de pesquisas nacionais (EMBRAPA, etc.), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional (Bradesco, Itaú, etc.) que, como é sabido, contou com um forte apoio institucional internacional. (BID, BIRD, Fundação Rockefeller, etc.) (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 12).

Podemos apontar, então, que há uma nova configuração das lutas de classes no campo brasileiro, a partir da feição monopolista que o capitalismo assume. Assim, o caráter autoritário do des-envolvimento permanece não só nacionalizando a questão agrária, mas também mundializando-a. Existem, agora, associado à velha oligarquia agrária patrimonialista brasileira, os agentes do agronegócio “moderno”, sejam eles nacionais ou internacionais. Por outro lado, apresentam-se novas formas de organização dos camponeses, como o MST, os movimentos quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores e extrativistas.

### **Da luta posseira à luta sem terra: diferentes conteúdos, novas formas de luta?**

Assim, como os camponeses seguem o sentido leste-oeste da *dinâmica da fronteira* (saíram, em sua maioria, dos estados do Maranhão e Piauí deslocando-se para o Pará) seu processo organizativo também percorre o mesmo itinerário. Quem irá organizar o MST no Pará são militantes oriundos do Maranhão, no final da década de 80, que trazem a metodologia de luta específica desse movimento.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas fundamentalmente pela chamada “luta posseira” nas regiões Sul e Sudeste do Pará. Trabalhos como de Guerra (2013) e Pereira (2013) analisam esse tipo de luta de forma primorosa.

A distinção conceitual entre a “luta posseira” e a “luta sem terra” é imposta pela práxis dos camponeses. Podemos constatar na fala de um de nossos informantes a necessidade dessa distinção:

Primeiro que do ponto de vista da organização ela marca a retomada da luta pela terra na região, que em 86, 87, 88, 89, foram os últimos momentos da luta posseira. O quê que é os fundamentos da luta posseira? É um homem, uma arma, que espontaneamente ocupa a fazenda, divide os pedaços e cada um se preocupa com os seus pedaços e buscam fazer resistência a partir do plantio, plantam muito. Buscam também fazer a resistência armada contra os jagunços ou mesmo contra o proprietário, a partir do indivíduo, e não a partir do coletivo. Esses são os fundamentos da luta posseira. E que não consegue passar dessa fase da luta pela terra para a reforma agrária. O que ocorre então? Com a retomada da luta pela terra em 92, nós fazemos a seguinte avaliação: essa

retomada estabelece ou recoloca no cenário da disputa política vários elementos importantes: primeiro a ocupação não é só de homens e armas. Mas são homens, mulheres e crianças. Nós não ocupamos e dividimos logo a fazenda. Nós procuramos a desapropriação do conjunto, da totalidade da fazenda. Um aspecto importante nesse sentido é que nós inauguramos, do ponto de vista da organização social, o espaço da vila, o espaço da criação e recriação do viver das relações sociais. Centrada fundamentalmente na hegemonia que a escola exerce nesse período e que acaba exercendo em toda a existência do assentamento. As mulheres e os filhos não vinham para a luta no período anterior porque não aparecia a escola nesse processo. Então muito mais importante do que fazer qualquer outra coisa era construir a escola. Aí começa a aparecer no meio desses garimpeiros, professores. Todas essas profissões que os garimpeiros tinham na sua trajetória começam a aparecer reincorporados a serviço do comunitário, a serviço da comunidade. (“Jones”, liderança do MST e assentado na Palmares II, julho de 2006).

É sob a emergência desses signos que a luta pela terra se territorializa no Sul e Sudeste do Pará, agora por meio de um novo conteúdo. Como constatado na narrativa, desvelam-se componentes diferentes no processo de reprodução do campesinato na *fronteira de acumulação*. Elementos como a dimensão familiar no enfrentamento (entram o homem, a mulher, as crianças, os velhos, as plantas e os animais), no projeto e na gestão coletiva (não são mais só os homens sob o comando do pai de família na busca pelo lote), do componente de gênero (busca pela equivalência entre os homens e mulheres nas relações de poder), do binômio vila-lote agrícola (na superação do isolamento do lote, buscando soldar as relações comunitárias e a possibilidade de acionar mais facilmente os componentes de lazer e sociabilidade em geral) e da construção de um novo saber (que possibilite a superação de velhos esquemas de olhar e entender o mundo para além daquele forjado na Europa ocidental, que vê na natureza uma inimiga real e em potencial).

### **A trajetória de construção do território da Palmares II**

A assertiva de que no “Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra” (FERNANDES, 2001, p. 23) é mais precisa do que nunca. Mais ainda quando se trata do Sul e Sudeste paraense, motivo pelo qual percorreremos um pouco da trajetória da luta que resultou no território da Palmares.

O acampamento começou dia 26 de Julho de 1994 e em 1995 foi criado o assentamento, o projeto de P.A. A Palmares surgiu da ocupação das áreas que o pessoal denominava de Cinturão Verde<sup>12</sup> em torno da floresta nacional e era, era e está sob o controle da Vale, concessões da Vale. Então em julho de 94

nós fomos lá e depois fomos despejados pelas forças militares lá, o comando da Vale na estatal na época, e depois fomos “pra”, começamos a onda de acampamento se deslocando, fomos pra Parauapebas. Tinham poucas casas lá, enquanto que um pessoal foi “pro” Incra em Marabá, ficamos seis meses lá e nessa fomos montando e desmontando acampamento até que nós resolvemos entrar na Rio Branco. (“Germano”, militante do MST e assentado na Palmares II, Janeiro de 2015).

A partir do relato, fica claro que o acesso ao recurso terra se deu mediante a organização e a ocupação da *terra*. No enfrentamento se identificam pelo menos três sujeitos na entrevista. A Vale (empresa mineradora de capital misto, pertencente tanto às frações do setor financeiro quanto ao Estado), o Fazendeiro (na época proprietário da fazenda Rio Branco, da família Lunardelli) e, por fim, o Estado (na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra). O trabalho de base, realizado por militantes do assentamento Rio Branco, percorreu a região e tinha como perfil a seguinte situação:

A maior parte desses militantes eram assentados da Rio Branco, que se tornaram militantes do movimento sem terra. Então, basicamente, esses militantes que organizaram o trabalho de base nas cidades de... Parauapebas, nas periferias, na época bairro da Paz, Rio Verde, no município de Curionópolis, em especial toda a periferia, porque na verdade Curionópolis é uma grande periferia (...tosse e pede desculpas), em Serra Pelada e é bom que se fale quase não tinha mais garimpo ativo, mas tinha uma quantidade, como ainda tem aqui, enorme de trabalhadores, em Cutia, um garimpo próximo na área de Curionópolis, no garimpo de Rio Gelado, Eldorado do Carajás, e comunidades de assentados e posseiros dessa região. Basicamente a origem desse pessoal é maranhense, não sei te dizer os municípios porque estamos fazendo esse trabalho justamente agora, um levantamento desse pessoal, só sei que a grande maioria é maranhense, mais de 60%, o resto é distribuído em outras regiões, minoria aqui é paraense, inclusive eu sou um dos poucos paraenses aqui. (“Germano” militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2004).

Em um primeiro olhar, constatamos a origem imediata dos fundadores da Palmares em três grandes “ambientes”: as periferias das cidades que tiveram origens na atividade de mineração (Eldorado do Carajás, Curionópolis e Parauapebas). Na população sobrança de famílias de assentamentos da região, o principal deles foi o Rio Branco e nas *currutelas*<sup>13</sup> de garimpos, em funcionamento ou em decadência.

Tal perfil, de imediato, será alvo de desqualificação contra os indivíduos que irão ocupar a fazenda e converter o latifúndio na área de assentamento da Palmares. O principal argumento reside em um pretensão despreparo para o mundo agrícola e rural. A desconfiança parte dos agentes hegemônicos inimigos da reforma agrária (a mídia de massa local, setores acadêmicos e as elites regionais). A desqualificação se objetiva em

três nexos identitários – pela origem, pela rede de relações sociais consolidadas historicamente e pela política.

Muito de qualquer identidade se delimita a partir da negação. Assim, veremos que do ponto de vista da *origem*, a composição social dos acampados e assentados é relacionada nos discursos, comumente, à “gente de *fora* – pessoas não nascidas no estado nem no mundo rural, entre eles, desempregados da cidade e aproveitadores em geral”. Na dimensão das redes de relações sociais – “esse pessoal são ex-garimpeiros, sem nenhum tipo de habilidade para o trabalho agrícola”. E por fim, nas relações de poder: “olha, já são todos urbanizados, esse assentamento é um bairro periférico da cidade, depois querem ajuda do governo para plantar”.

### **Palmares e suas territorializações<sup>14</sup> – migração, trabalho, família e saberes**

A partir de dados colhidos no intervalo de tempo de dez anos (2005 a 2015), acompanhamos o processo de construção do território da Palmares II. Algumas vezes mais perto, outras mais distante, mas sempre *acompanhando*, sem perder o horizonte de uma *pesquisa implicada*<sup>15</sup> durante essa caminhada.

Nesse esforço de investigação foi aplicado um questionário que propõe uma matriz biográfica que contém os anos do calendário da vida dos indivíduos e sua idade ao longo deste. Com esse desenho, pudemos relacionar todos os eventos da história de uma pessoa por meio de um calendário comum. Nosso interesse foi combinar variáveis não somente das atividades do núcleo central familiar, ocupacionais e migratórios, mas também articular os fatos ocorridos com pessoas aparentadas, como os pais, avós, cônjuges, filhos e filhas do entrevistado. Esse tipo de desenvolvimento metodológico permitiu uma estrutura relacional que, por sua vez, melhora a qualidade da informação coletada. No caso do nosso estudo, sua composição conta com quatro facetas específicas de uma vida, desde o nascimento do entrevistado até o momento da aplicação do questionário. Procura-se evidenciar sua história migratória, educacional, de trabalho e familiar.

Foram aplicados 110 questionários em 2006 no universo de 510 famílias cadastradas pelo Incra. Em 2014, retornamos ao assentamento e aplicamos mais 56, ampliando as variáveis. Formamos, então, uma base de dados que foi armazenada e rodada no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Além disso, foram feitas

entrevistas semiestruturadas com dezessete informantes-chave, entre eles lideranças, extensionistas e motoristas de Van que se destinam ao PA.

Nesse sentido, as linhas que seguem procuram contar algumas histórias felizes, outras nem tanto, relacionadas aos processos migratórios pelo quais passaram as famílias na Palmares II, assentadas ou não. Conversamos um pouco sobre as diversas ocupações que tiveram na vida laboral, com diferentes *status*, sejam donos do próprio trabalho, seja no cativeiro da terra<sup>16</sup>, na própria unidade de produção familiar ou na condição de meia/terça. Nossas conversas passam também pelos saberes que adquiriram ao longo desses itinerários, os pontos e fugas que tiveram na vida. Saberes formais, informais ou não-formais.

### “Eles não vieram, chegaram”<sup>17</sup> – a história da migração dos assentados da Palmares II

Partindo da composição demográfica do assentamento, obtivemos a seguinte tabela no marco da divisão por gênero (masculino e feminino), tendo como parâmetros nossos entrevistados, os respectivos cônjuges, filhos e filhas.

**Tabela 01:** Relação entre parentesco e gênero.

Relação de parentesco com o(a) entrevistado(a)	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
Entrevistados	55,6	44,4	100
Cônjuges	51,2	48,8	100
Filho(a)s	54,1	44,9	100

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Em relação à origem dos entrevistados, se confirmam as constatações dos estudos populacionais sobre a região Sudeste do Pará: a maioria dos assentados é proveniente do estado do Maranhão – e no caso da Palmares, o contingente representa 62,7%.

Tal afirmação, no entanto, não pode ser feita descuidadamente, como se o estado em questão tivesse população homogênea, negando sua diversidade natural e social. Para nos aprofundarmos sobre a origem dessas pessoas, identificamos certa equidade entre três regiões do Maranhão. Na região oeste tiveram origem 29% dos maranhenses, no centro 30% e 26% no leste do estado, todas regiões de ocupação mais recente do estado, onde figuram os “centros”, como: “Centro do Garapa”, “Centro do Escolado Nunes Rodrigues”, “Centro das Negas”, “Centro do Abraão”, “Centro do Leonso”, “Centro do João de Pedro”, “Centro da Velha Elisa” etc. Esses espaços foram formados por pioneiros,

com origem na luta posseira, e refletem bem o caráter personalizado desse tipo de luta. São a eles, inclusive, que os nomes dados aos lugares irão se referir, como podemos observar na seguinte análise:

A dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico. Tradicionalmente, a frente de expansão se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em consequência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. Onde essa prática é mais típica, como o Maranhão, o deslocamento se dá no interior de um território de referência, ao redor de um centro, de um povoado. Quando a roça fica distante do Centro, a tendência é a criação de um novo Centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores e segundo concepções de direito muito elaboradas, isto é, quem tem direito de abrir a roça onde, por exemplo. Desse modo, a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar (MARTINS, 1997, p. 175).

No caminho apontado por Martins (1997), entendemos o porquê da dinâmica leste-oeste da fronteira em direção à mata e como o próprio sistema agrícola (agricultura de corte e queima), junto com o processo de privatização das terras, vai “empurrando” os camponeses dessas regiões do Maranhão em direção à Amazônia. Essa será a grande massa que comporá as fileiras da Palmares. Trabalhadores que experimentaram longa experiência de processos de deslocamento. Alguns compulsórios. Outros partindo de cálculos feitos a partir do esgotamento das condições sociais de reprodução nos locais de origem. A seguir temos mais uma tabela que reflete o espectro de intensidade (por gênero) de migração pela qual os beneficiários da Palmares passaram.

**Tabela 02:** Relação entre Gênero e Número de Migrações.

<b>Gênero</b>	<b>Baixa</b>	<b>Média</b>	<b>Alta</b>	<b>Total</b>
Masculino	42	27	05	<b>74</b>
Feminino	24	10	02	<b>36</b>
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>37</b>	<b>07</b>	<b>110</b>

Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Traçamos um perfil do processo migratório com base nas experiências por gênero. Tipificamos um *gradiente* que vai da baixa intensidade (de um a cinco deslocamentos), passando pela média intensidade (de seis a dez deslocamentos) até a alta (de 11 a 15 deslocamentos). O primeiro elemento que chama atenção é que os homens, pela lógica do patriarcalismo, têm maior experiência migratória. Primeiro que lhes é reservado o papel de *prover*. Se não conseguem garanti-lo, uma das estratégias é se lançar

em migração. Segundo, ainda sob o aspecto do machismo, o universo doméstico geralmente é reservado à mulher. Talvez isso consiga explicar o menor número de deslocamentos femininos. Soma-se a isso o componente educacional, já que a dificuldade de acesso à escola impõe a criação de estratégias familiares, como resguardar aos filhos *o viver* em acampamento, uma vez que a escola ainda não está disponível durante esse período da luta, como constatamos na fala abaixo:

[...] Vila da barata, nós mudamos lá “pra” aquela vila, só que, mudamos assim, meu pai mudou só ele e minha mãe, nós os filhos ficamos na cidade estudando por que aqui não tinha escola ainda, aí ficamos lá estudando pra poder garantir escolarização né? Quando ainda em noventa e sete quando tinha escola já aqui, “tava” mais organizado ele trouxe a família, ele veio primeiro, conquistou primeiro a terra, aí a terra foi...já podia produzir na terra, tinha casa já, aí nós viemos em noventa e sete pra cá, quando eu cheguei eu cursava a quarta série do ensino fundamental, era a escola de palha ainda né? O barracão... os professores também eram professores que não tinham formação ainda... (“Mariano” militante do MST e assentado da Palmares, julho de 2014).

São relações que podemos fazer entre o ato de emigrar e a perspectiva da formação escolar. Nesse itinerário de vários deslocamentos dos assentados existe uma tendência à fragmentação da família. Vimos que entre os assentados, quanto maior o número de deslocamentos menor o tempo de duração das uniões que tiveram ao longo da vida amorosa. Contudo, é importante destacar aqui o papel que o assentamento Palmares tem na recomposição do *familiar* enquanto unidade de vida e produção. Talvez isso não seja tão evidente para quem destaca apenas aspecto *produtivista* das reformas no campo brasileiro, como exposto por um dos nossos informantes:

Interessante também e esse dado pode ser usado em qualquer pesquisa séria que se faça e não essas que as pessoas fazem e já acham que sabe que a terra gira em torno do sol. O reencontro com a terra através do MST possibilitou esse número enorme de trabalhadores que migraram “pra” lá estabelecessem contatos com suas famílias, então ele reconstruiu os laços familiares, então foram buscar suas mulheres, suas esposas, seus filhos, vieram para o assentamento, construíram de novo a relação familiar, né? Então se tu veres, em qualquer assentamento nosso, principalmente na Palmares, que é o mais antigo, tu vês famílias organizadas e se tu fores fazer um parâmetro de comportamento social em relação à Serra Pelada, tu não acreditas que são ex-garimpeiros, porque não são ex-garimpeiros, são ex-camponeses que se incorporam ao seu caminhar, que é o da busca da terra prometida. Inclusive é uma coisa que eles falam muito, falavam muito. O pessoal do Nordeste acreditava que aqui “pra” essas bandas do norte era que “tava” a terra prometida... (“Germano”, militante e assentado na Palmares II, julho de 2004).

Para concluirmos, é comum verificarmos na Palmares um aspecto a que Magalhães (2002) chamou a atenção em um trabalho anterior sobre os camponeses impactados pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí. Ele refere-se à *origem*, elemento

importante na formação da identidade camponesa. A naturalidade converte-se em um atributo que detém bastante a atenção dos agricultores, pois “[...] cada camponês, em particular, é capaz de identificar a procedência de todos os camponeses considerados conhecidos” (MAGALHÃES, 2002, p. 240). Para a autora, a identificação de pessoas por meio de apelidos como “Zé Paraense”, “Maranhão”, “Bacaba” é uma referência jocosa às trajetórias de vida e à diferenciação social entre eles, atribuída às diferenças culturais que haveria entre paraenses e não paraenses, especialmente maranhenses e goianos.

### “Nossa principal conquista foi a libertação das consciências”<sup>18</sup> - A história dos saberes

A busca pela educação sempre teve lugar importante no horizonte dos camponeses. Ela representa uma das motivações dos deslocamentos espaciais, seja pela busca ou pelo encontro. A elevação da escolarização, como um dos componentes da categoria *melhoria*<sup>19</sup>, é um dos objetivos que pautam as ações de famílias no meio rural (entre as razões que motivaram a migração, a melhoria tem a educação como um de seus componentes e representa 4,6% dos motivos que levaram à migração dos entrevistados). Embora esse universo indique uma perspectiva remota de busca desse item, coletivamente tal reivindicação se expressa diferentemente.

Uma das primeiras reivindicações referente às políticas públicas nos assentamentos rurais é a construção da escola, tanto para as crianças como para os adultos assentados. Essa é uma demanda generalizada e recorrente nos PA's de todo o Brasil. Na Palmares não é diferente e indica um elemento importante: a retomada dos estudos após a vida de assentado. Abaixo uma tabela que ilustra isso.

**Tabela 03:** Escolarização anterior e escolarização no Assentamento

Escolarização	Escolarização dos Assentados				Total	
	Sim		Não			
	F	%	F	%	F	%
<b>Sim</b>	38	44,2	48	55,8	86	100
<b>Não</b>	-	-	24	100	24	100

Fonte: trabalho de campo, 2006.

O total de pessoas que tiveram algum tipo de escolarização é de 86 pessoas. Trinta e oito delas (44,2%), ou seja, quase a metade, retomou ou iniciou seus estudos a partir do assentamento. Esse dado permite a inferência de que a intervenção fundiária é um

importante fator de início ou de retomada dos estudos e que, por isso, compõe forte fator de fixação.

A Escola Crescendo na Prática, situada na Palmares II, é hoje uma referência na educação do espaço agrário paraense. Podemos ter uma ideia da dimensão e alcance da escola a partir do relato de um de seus diretores, o professor Messias Silva Marcos: “olha, nós temos hoje no fundamental mil e trezentos e cinquenta alunos. No ensino médio, nós temos duzentos e oitenta alunos e na escola infantil nós temos trezentos alunos” (Messias, Vice-Diretor da Escola Crescendo na Prática, fevereiro de 2014).

Voltamos à Palmares II em fevereiro de 2014 e o período para a matrícula ainda estava aberto. A projeção para esse ano letivo era de 2.000 alunos. Hoje, a Escola Crescendo na Prática atende nos dois níveis: fundamental (tanto maior quanto menor) e médio. Isso no universo atual de, mais ou menos, duas mil famílias no assentamento, entre as cadastradas ou não na relação de beneficiários. Levando em consideração que, em média, temos cinco componentes na família, tal contingente totaliza algo em torno de 10.000 pessoas hoje na Palmares II, número maior que a população de vários municípios do estado do Pará.

Em casos de assentamentos ligados ao MST, a organização dos arranjos espaciais se dá no sentido de construção do binômio Vila-Lote agrícola. A vila concentra os lotes destinados à construção das casas para cada unidade familiar e os lotes de domínio público como a escola, a associação, os projetos coletivos de produção, a rádio, o posto de saúde, as igrejas, as áreas de lazer, o comércio a varejo. O lote agrícola, no entorno da vila, é destinado principalmente ao espaço de produção. Esse processo de concentração na vila garante um espaço de socialização maior, inclusive por meio da escola – arranjo espacial por excelência da educação formal no qual tende a dominar outros saberes.

Por isso, a Escola Crescendo na Prática atende alunos de outros PA's, principalmente do vizinho Rio Branco. A escola, que está situada no espaço da vila (organização espacial potencializada pelo MST) e incluída dentro de uma organização territorial, contribui não só para aumentar significativamente o acesso ao ensino e o nível de escolaridade da educação formal nos assentamentos, como também, e principalmente, para a elevação da educação chamada de não-formal ou não-escolar, como os grupos vinculados às igrejas, os grupos de jovens (no caso da Palmares II, até de *Hip-Hop*, movimento contra-cultural bastante associado às periferias urbanas), a casa da professora,

os times de futebol, os grupos de mulheres, as associações culturais como o Boi, Carimbó, Capoeira e, até mesmo, a mesa do boteco num dia de domingo.

Quando se estabelece o processo de institucionalização do assentamento e da escola, surgem também alguns problemas: a presença de professores alheios à realidade local (contratados pela secretaria de Educação do Estado do Pará ou do Município de Parauapebas), acompanhando paralelamente a exclusão dos professores e professoras categoricamente chamados de “leigos”, embora tenham participado da construção do assentamento desde a época do acampamento. Outra dificuldade reside na imposição de modelos de programas igualmente alheios à dinâmica local.

Em mil novecentos e noventa e oito houve uma grande movimentação aqui. O que aconteceu? Foi trocado toda aquela, você falou né? Fala da retirada dos professores considerados “leigos” pela SEMED]. Essa troca aconteceu em noventa e oito, em noventa e oito tirou todo mundo que não tinha formação acadêmica e colocou os professores de Parauapebas, concursados, então teve conflito né? Então entra a comunidade, muito conflituoso, quiseram fechar a escola, não aceitar, mas aí é a instituição, né? Então, ao mesmo tempo, que a gente, os trabalhadores, querem que os seus filhos tenham uma formação de alguém que conheça a luta, mas também querem a escolarização de acordo com a instituição, se é possível ter um diploma do MEC, então é uma faca de dois gumes, né? Então, o assentamento, o que aconteceu? Aceitou, mas que ficasse esses três educadores como coordenadores do setor. Então foi tipo um acordo, tirou toda a equipe, que era grande na época, não sei em números, mas na história “tá” dizendo, no livro né? Quantos eram, tirou todos e vieram da cidade, e vieram da cidade, aí começou a vir o carro, os professores, né? Um processo muito conflituoso de muitos preconceitos que sofreram, de muitos medos dos próprios professores, né? Que vieram “pra” cá obrigados pelo concurso, eles não queriam vir, eles tinham medo, “lá nos sem terra, tem muitos conflitos, muita coisa”, então foi um momento que na época eu estudava também, o professor saiu “pra” eu assumir, então foi a revolta dos alunos de não querer estudar e aquela coisa, né? (“Paulo”, Professor da C.P., entrevista realizada em fevereiro de 2014).

Esse quadro de “tomada de assalto” da Escola pelos agentes do Estado local com a Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (SEMED), em 1998, como descrito detalhadamente acima. Foi revertido com um conjunto de mobilizações que os sujeitos da escola (professores, alunos e funcionários), junto com os assentados, desenvolveram pela cidade de Parauapebas em 2004.

E em dois mil e quatro retomamos a escola em grupos bem numerosos, maior do que o número de efetivos que estava. Esses professores efetivos, teve curso em noventa e oito os nossos professores também passaram, e aí nós montamos um coletivo muito maior, então mudou o cenário em dois mil e quatro. Desses professores que também entraram em noventa e oito, alguns se incorporaram na dinâmica do movimento, inclusive nós temos uma professora que entrou em noventa e oito e está até hoje, aqui até hoje, treze anos, né? [...] fez uma grande luta e conseguiu garantir a gestão democrática na escola, inclusive a escola

ficou fechada em dois mil e cinco por um tempo, porque eles nomearam um diretor da cidade “pra cá”. A escola ficou fechada, foi feito greve, colocaram cadeado no portão, fecharam a estrada, o prefeito veio conversar com o povo, e aí a partir dessa luta que virou história, tem gestão democrática na Palmares II, a única escola do município. Esse ano, ano passado teve eleição, né? (“Paulo”, Professor da C.P., entrevista realizada em fevereiro de 2014).

Percebemos na fala de “Paulo” três elementos que merecem destaque. Primeiro, que só conseguir a Escola não basta. É preciso disputar os conteúdos curriculares e as metodologias desenvolvidas. Segundo, os “quadros” que irão compor o interior da instituição devem ser disputados. Por fim, um terceiro componente refere-se à manutenção da gestão democrática dentro do marco institucional, por meio da garantia da eleição direta para diretor que, segundo o professor, foi a única escola do município a passar por esse processo. Acrescentaríamos, quiçá, do estado, já que o Governo do Pará paralisou todos os processos de sucessão via sufrágio nas escolas paraenses há pelo menos cinco anos.

### **“É praticando na vida que muito irá se aprender”<sup>20</sup> – a história do trabalho**

Chegamos à história do trabalho das famílias na Palmares II. Importante alertar que em todas elas existem pontos de interseção e fricção e mesmo cruzamento. Então, a lógica do trabalho, apesar de estar ligada a uma dimensão econômica e material do território, se entrecruza com componentes da sua dimensão ideológica/cultural e imaterial. Pensamos o trabalho camponês a partir dessa advertência.

Ao fazermos um balanço sobre a primeira ocupação, procuramos examinar as condições de trabalho que os camponeses tiveram, tentando compreender igualmente com que situações se defrontaram, para então entender e classificar que possíveis pressões se estabelecem no interior da organização da produção e, a partir daí, avaliarmos que novas estratégias de conversão e reconversão do trabalho os assentados desenvolveram até chegarem onde estão.

No que se refere aos *lavradores*, percebemos que 63,3% começam sua vida de trabalho ajudando<sup>21</sup> de alguma maneira a família na roça, constituindo-se esse período em aprendizado do trato com a terra. Isso nos sugere que essas pessoas serão parte de mais uma família na mesma unidade de produção ou irão pleitear novas unidades, seja por procedimentos legais ou por ocupações que permitam mantê-las na condição de camponeses.

Segundo Hébette (2004), geralmente, quando o lavrador abandona a agricultura é porque perdeu a propriedade ou a posse da terra. Diante de processos como esse, o autor indaga se isto significa dizer que estamos tratando de transação especulativa, negócio ou despejamento violento. Ele constata que o trabalhador rural, se privado de seu meio de produção básico – a terra –, dificilmente vende a força de trabalho fora da agricultura. Em seguida, pergunta se isso demonstra resistência à proletarianização ou falta de oportunidade de emprego na indústria e nos serviços.

Alguns dos nossos informantes nos deram algumas pistas para realizar o debate:

[...] nós nos consideramos um dos movimentos camponeses do mundo que tem na relação com a terra e na relação com a agricultura o seu principal campo de resistência, não só econômica, mas também espiritual, cultural, sentimental, de valores. Para o quê? Quem começa a construir essa relação na terra, enquanto camponês, nos últimos trinta anos e que tem relação com essa região por conta da migração, que vem ocupando terras que estavam historicamente na mão dos latifundiários, pelos pequenos produtores, eles estão fazendo um serviço, né? Que é dividir terras da burguesia “pra” poder criar pequenas propriedades e criar de fato o campesinato, então o que a gente faz aqui é provocar o processo de divisão da terra e reforma da terra “pra” criar, em escala de massa, “pra” criar condições de existência e surgimento de um novo campesinato, que é esse que passou por um processo de migração, por etapas de resistência, de períodos na cidade, mas que volta para o campo, né? Então, nós achamos que esse campesinato ainda não tá pronto e acabado, porque esse campesinato está sempre em evolução, ele tá sempre em processo de reformulação de sua existência espacial, de sua vida comunitária, né? Da reconsideração de técnicas ou não. Por exemplo, existiam experiências na Rússia e na Europa, de comunas camponesas, que nunca existiram por aqui. Tiveram outras experiências coletivas na terra que nunca foram estudadas de modo mais sólido pelos pesquisadores: o que é que têm nos camponeses brasileiros que tem alguma semelhança com as civilizações pré-colombianas, por exemplo? O que é tem a ver com os Astecas, os Maias e os Incas de semelhança com nosso campesinato? O que é que ficou dos Índios? Dos Guaranis e das tribos Tupis e que foi incorporado à agricultura nossa? O que é o camponês no Pará? Meu avô era camponês, mas não se compara com o estereótipo de camponês de hoje. Meu avô era ribeirinho, tinha uma área pequena de terra, onde ele plantava milho que era para as galinhas, mandioca para a farinha que era pra alimentar a gente, a pesca, a coleta do açaí e dos frutos na mata e a caça, né? (“Germano” militante do MST/PA e assentado na Palmares II, julho de 2015).

Para o nosso informante, o campesinato não é só uma categoria econômica, mas envolve outra dimensão “espiritual, cultural, sentimental, de valores”. Então, essa recusa ao trabalho em outras ocupações não se trata somente de uma falta de “oportunidade de emprego na indústria ou nos serviços”. Outro elemento de destaque na fala acima, e que ajuda a problematizar as indagações de Hébette, é que o acesso ao recurso terra se deu pelas ocupações, exatamente porque sofreram contingências nas condições de reprodução física e imaterial nos lugares onde nasceram e viveram com as respectivas famílias.

Muitos deles se lançaram em trabalhos na terra na condição de *agregados*, de *moradores*<sup>22</sup>, portanto, *sujeitos*, em oposição a *libertos*<sup>23</sup>, daí a necessidade dos deslocamentos, dos processos migratórios. Por isso que, geralmente, dificilmente “vendem sua força de trabalho fora da agricultura”.

Outra questão, específica do campesinato na Amazônia e apontada por Vieira (1990) em um trabalho sobre a venda de terra e que se constitui como um fator diferencial do campesinato do Sul do Brasil, é que a apropriação de terras na fronteira amazônica não é necessariamente sinônimo de fixação. Exatamente porque a presença de *terras devolutas* na fronteira capitalista é sempre uma alternativa estratégica (para permanência como camponês) mediante o acionamento de novos deslocamentos.

É importante destacar ainda que, na nossa pesquisa, vários camponeses tiveram experiências em outros tipos de trabalho, diferentes da atividade agrícola. Contudo, dentro de um horizonte de retorno à composição de uma relação de trabalho mais direta com a natureza. Podemos demarcar tal afirmação a partir da fala do Sr. “Arcanjo”:

[...] teve um *entremeio* que eu mexi com garimpo, né? Trabalhei uns dias também em firma, mas não fichado, “pra” fazer bico, né? Eu não me dou muito bem com aquele movimento da cidade, aquele barulho, aquela zuada, né? Eu não aguento aquilo, e aqui não, aqui é sossegado. (“Arcanjo”, assentado da Palmares II, entrevista em janeiro de 2015).

Percebemos que o garimpo e as atividades em firma, em geral, inclusive em madeireiras, são considerados “bicos” ou “aventura”. Sonia Barbosa Magalhães define de forma bem interessante esse componente do aventurar-se. Segundo a autora, aventurar-se se dá apenas em relação à atividade, especialmente aquela que implica deslocamento espacial definitivo, como o garimpo. A este, “o camponês *não se dedica, aventura*. No garimpo também não se para, *passa-se um verão*”. (MAGALHÃES, 2002, p. 269. Grifos da autora).

Podemos, então, concluir que a fala de “Arcanjo” é uma pequena síntese do horizonte de uma massa de camponeses na fronteira capitalista da Amazônia paraense. Apesar de todo ambiente “ornamentado” pelo capital para ser hostil à reprodução do campesinato, existe aí um processo de resistência que tem uma matriz que supera a dimensão do econômico e da profissão pela profissão. Outra narrativa acompanha a assertiva: “o campesinato para o MST não é meramente uma categoria social, mas uma categoria cultural. Daqueles homens e mulheres que historicamente estão vinculados à agricultura e se baseiam no campo” (“Jones” militante do MST, julho de 2004).

Outro destaque na entrevista de “Germano” é que o camponês está em constante criação e recriação, *um novo campesinato* se forjando a partir de uma síntese de duas características – uma da lógica amazônica e de todos os signos que a acompanham e, também, pela dimensão da fronteira capitalista que ela assume a partir da década de 1960. Nessa *trama*, esse camponês da Palmares seria classe social, mas também um modo de vida, como contribui Shanin (2005, p. 3): “[...] o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um ‘mundo diferente’, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida”. O que o autor chama de qualificação ocupacional multidimensional.

Percebemos na análise individualizada das etapas de ocupação profissional no decorrer da trajetória de trabalho um intenso processo de mudança nas ocupações, dando uma característica a estes trabalhadores de mão de obra volátil (BECKER, 1990). No entanto, um elemento parece perpassar todas as estratégias de conversão e reconversão do trabalho: a necessidade de retorno ao campo, por meio da conquista da terra e da garantia de autonomia. Chamaremos essa característica de *matriz camponesa*. Apesar dos deslocamentos intra e intergeracionais, a busca pela condição camponesa aparece como uma constante na vida dessas pessoas. A passagem pela cidade, as atividades na indústria ou no garimpo são atividades de apoio, de suporte a um futuro retorno à terra.

Fabrini (2002, p. 90) afirma que o camponês se recusa a proletarizar-se porque percorre uma luta que busca a reconstrução do projeto de ser camponês, relação que envolve “[...] ‘autonomia’ e ‘autossuficiência’ se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários), divisão de trabalho e controle da produção”.

### **Os que chegaram e os que saem – História da Família**

Ao examinarmos a origem por estado dos pais percebemos que o Maranhão permanece como aquele que fornece maior número de emigrantes. Esse estado, aliás, é um dos maiores concentradores de terra e de renda no território nacional.

Quando se trata dos pais, o número de emigrantes do Maranhão aumenta em média 20%. Esse número se sobressai no gênero masculino, com 48,2%. O que se choca, provocando certa curiosidade, com a origem dos avós, pois na linhagem paterna o

Maranhão aparece com menores números quando comparamos com a origem dos avós maternos, com 5,5%. Entre as mães, o estado de Goiás é origem de 5,5%, havendo um empate em seguida entre pernambucanas e baianas, com 4,5% cada.

A *identidade camponesa*<sup>24</sup> confirma-se quando observamos a principal ocupação dos chefes de família. Seja entre os pais ou entre as mães, cerca de 95% deles têm profissão de lavrador. Uma questão que se destaca é uma maior incidência de outras profissões quando comparamos com a profissão dos avós, ainda que novas variáveis surjam em pequenos números. Avaliamos isso como resultado da consolidação do capitalismo e de sua razoável modernização no campo, que tende a especializar cada vez mais a mão de obra. Algumas categorias precisariam ser mais profundamente exploradas, porque se revelam uma relação efetiva com o campo, não explicitam detalhes que possam definir a relação com a terra e com o trabalho que nela exercem.

A categoria lavrador está sendo entendida como a de quem possui a terra e nela exerce seu trabalho, não obstante não se possa afirmar se a relação exercida é de meeiro, agregado, morador, posseiro ou proprietário. Da mesma forma, peão de fazenda e vaqueiro não definem apenas uma relação de assalariado, uma vez que, historicamente, essa condição permitiu o uso da terra para o cultivo de culturas alimentares e uma relação que se identificava com a de morador de fazenda.

Uma questão em relação aos filhos chamou a atenção. Diz respeito aos processos de reprodução dos camponeses a partir das novas gerações. Quando saímos para campo, formulamos uma hipótese a partir das discussões que temos no interior de nosso grupo de pesquisa, a saber: os assentamentos rurais hoje estão sendo construídos para atender uma geração: aquela que se lançou na luta pela terra. Esse processo constitui-se como uma forma de diminuir a pressão e ao mesmo tempo não arrecadar mais terras, alterando a concentração fundiária de modo mais significativo.

**Tabela 04:** Local de Residência dos filhos

Local de Residência dos Filhos	P.A. Palmares II	
	Freq.	%
Mora com os pais	76	39,6
Mora em outro lote no P.A.	50	26,0
Não mora no P.A.	64	33,3
Não sabe	02	01,0
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100</b>

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

A tabela acima ilustra um fato preocupante: há um número alto de jovens saindo do assentamento, quase 35% dos filhos. Ainda não possuímos a medida se esses filhos estão caminhando para outros espaços rurais, reproduzindo uma *campesinidade*. Ainda assim, podemos problematizar a partir de algumas entrevistas com informantes, fazendo uma avaliação sobre a situação dos que saíram e dos que ficaram, bem como da perspectiva de trabalho no assentamento.

É o pessoal da comissão de emprego e renda que surgiu de modo espontâneo. Eles entram em contradição porque o movimento achava que não era “pra” apoiar. É tipo assim, nós achamos, eu acho que é um consenso dos velhos que eles vão se dar mal, né? Porque o diagnóstico que temos de quem trabalha na Vale e nas terceirizadas é de que a vida útil de quem trabalha aí nessa mineração é de dez a quinze, porque estarão ruins de saúde, pulmão, pressão, tudo quanto é tipo de doença, ou seja, é o tipo de trabalho que vai “tá” fudendo com o cara. Então acho que “pro” cara chegar aos trinta anos de idade ele perde a capacidade reprodutiva do ponto de vista da sexualidade, entende? Ele perde. São dados que já existem pela associação dos vitimados do trabalho na Vale. Agora, é, não dá “pra” ti deixar, sei lá, nós cadastramos ano passado de 2013 pra 2014, 1300 desempregados na Palmares, tu vai deixar esse pessoal todo fazendo o quê? Só “pra” ti ter uma ideia, só o fato desse pessoal... acho que ano passado foi incorporado umas 400 pessoas nessas empreiteiras e antes o pessoal não incorporava nenhum porque o pessoal tinha preconceito em incorporar gente daqui porque eram chamados de terroristas, que iam fazer bagunça e faziam mesmo, faziam paralisação. Mas também esse acesso ao tipo de trabalho precarizado, porque é um trabalho precarizado, ajudou a diminuir indicadores de violência, de roubo e tal de droga, porque o cara que trabalha, o cara que trabalha nessas empreiteiras acorda e sai umas 4 ou 5 horas da manhã e só volta 19, 20 horas. Esse pessoal não tem tempo de tá fazendo essas coisas justamente porque tem uma opção de trabalho, essa é uma opção de trabalho. Ah! Ideologicamente se constrói o discurso que ele tem que ir “pra” terra, ele tem que ir “pra” terra, mas o problema da produção não é um problema só ideológico, porque precisamos de condições materiais “pra” viabilizar isso, e isso a gente não tem, crédito pra poder financiar o acesso produtivo e o tipo de discussão que modelo de produção que a gente vai fazer “pra” numa área que já foi degradada por pelo menos vinte anos pelo latifúndio depois de quase vinte anos com a gente né o que que a gente faz com esse terreno produtivo, com esse território e tal? (“Germano” militante do MST e assentado na Palmares II, janeiro de 2015).

Como se observa pela narrativa do entrevistado, o assentamento hoje conta com 1.300 desempregados em média. Grande parte desse universo é da nova geração (juventude) que deseja alguma perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Esse mesmo mercado apresentado para eles, fetichizado pela grande mídia e pelo *status quo* local, é materializado no “fichar” no circuito da mineração.

Segundo o informante supramencionado, há 400 indivíduos que foram incorporados recentemente nessa lógica. Pelas pesquisas recentes e pela própria observação dos assentados, esse trabalho nas terceirizadas da Vale e na própria empresa

apresenta uma estimativa de vida laboral de dez a quinze anos. É quando começam a aparecer os problemas de saúde. Além desse processo de precarização do trabalho, existe o assalariamento da juventude, que combina logicamente com o “roubo de tempo” para atividades mais autônomas, ligadas à vida cotidiana do próprio assentamento. Enfim, são alguns desafios que se impõem à dimensão do familiar.

### **Considerações Finais: Alguns desafios para (mais) 20 da Palmares II**

Os assentamentos, como uma encruzilhada social que conforma diferentes territorialidades, são o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas, ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque cada indivíduo e família são um universo inteiro de relações, tanto materiais como simbólicas, apresentando diferentes saberes, origens e ocupações. Simultaneamente, apresentam certa unidade nas trajetórias porque os indivíduos e as famílias passaram por um esgotamento das capacidades reprodutivas, materiais e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção à Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

No contexto da fronteira, essas famílias são migrantes não apenas na própria geração, mas trazem consigo na “bagagem”, como uma espécie de herança, o componente atávico desse fenômeno. Desde os avós, passando pelos pais até chegar à geração atual. Nesse sentido, as redes de parentesco e de comunicação são indicadores importantes para a compreensão das territorialidades dos assentados. Moreira e Medeiros (2013), em pesquisa sobre território e territorialidades e a relação com movimento social, também caminham nesse sentido:

[...] o assentamento é expressão desta reterritorialização, construção do novo território, território este conquistado na luta. É uma nova coletividade marcada pela confluência de trajetórias individuais que, quando se manifestaram, apesar da sua diversidade, no momento da luta eram vistos como unos em razão de sua identidade de “sem terra”. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona expectativas individuais no tocante a viver e produzir na terra. (MOREIRA; MEDEIROS, 2013, p. 263).

É nessa “condição de assentado” que inaugura um “novo tempo” recheado de “expectativas individuais e coletivas” que reside nossa preocupação de pesquisa. A condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante a reprodução, portanto, a territorialização, por vários motivos.

Listaremos, para começar, dois deles: a) de ordem demográfica e fundiária; b) outro relacionado à extração mineral e atividades econômicas no assentamento.

a) Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata à pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade de familiar. A composição das famílias no campo é numerosa, em média cinco filhos por unidade. Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares (no caso do Sudeste do Pará). O balanço da equação é insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo a partir da preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado é o deslocamento, mais precisamente a migração forçada, dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

b) Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a esse tipo de extração sofrem com a degradação socioambiental. É o caso dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas. A dinâmica intensa de crescimento (em média 50 famílias chegam por semana no município) requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Como o leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos, sem falar do processo de dependência e de especialização imposto para as camponesas e os camponeses por esse tipo de atividade.

O desafio da nova geração, portanto, pode ser entendido como o mesmo desafio da anterior: assegurar a própria sobrevivência e reprodução, garantir a permanência ou o retorno à posse da terra e do tempo, nem que para isso seja preciso novamente migrar, nem que para isso seja preciso uma vez mais cumprir o atavismo de ir-se na tentativa de voltar – à condição de camponês.

## Notas

<sup>1</sup> Então deputado estadual em Goiás. Possuía conflitos de interesses políticos em Boa Vista do Tocantins (GO) com o intendente local Francisco Maciel Penha. Derrotado politicamente, desceu o rio Tocantins e chegou ao rio Itacaiúnas em fins do século XIX.

<sup>2</sup> Naquele contexto, o então governador Lauro Sodré foi selecionado pelo Congresso Estadual do Pará para um mandato de cinco anos, até fevereiro de 1897, para criar um projeto de colonização com o objetivo de suprir a “decadência agrícola paraense”. Em 1896, a Colônia Agrícola de Itacaiúnas era composta por 55 famílias, que viviam da agricultura, da produção de farinha e da extração da castanha-do-pará.

<sup>3</sup> Victor Leal define o Coronelismo como o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo à uma estrutura economia e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja a hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1978, p. 20).

<sup>4</sup> Também protegido por anonimato.

<sup>5</sup> Existe um forte setor da oligarquia dos castanhais no Pará composto por imigrantes árabes (libaneses, especialmente). A família mais famosa delas é a Mutran. Na decadência da extração da castanha, grande parte dessa família faz uma conversão para a pecuária. Uma de suas fazendas, a Peruano, entre os Municípios de Marabá e Eldorado do Carajás, foi ocupada em 2005 pelo MST. Hoje é um assentamento chamado de Lourival Santana.

<sup>6</sup> Eldorado foi parte do município de Marabá. Depois, com a emancipação de Curionópolis no dia 10 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 5.444, a área territorial do que hoje Eldorado fica sendo parte do corpo territorial desse município. Em dezembro de 1991 sanciona-se a Lei nº 5.687, que decreta a emancipação de Curionópolis, pelo então Governador Jader Barbalho.

<sup>7</sup> Sujeito que detém a posse da terra, mas vive em uma situação juridicamente precária em relação a ela, uma vez que a terra da qual tem posse geralmente tem um dono com documentação legal (GUERRA, 2013).

<sup>8</sup> A luta posseira se desenvolveu como resposta à estratégia da grilagem, procedimento utilizado por latifundiários para garantir legitimidade documental da terra e deslegitimar a sua posse pelos posseiros. Diante das ameaças, os posseiros geralmente se retiravam da área. Em alguns casos, porém, um grupo permanecia para resistir. Com poucos recursos diante dos grandes proprietários e do apoio do Estado a esses investidores, a resistência por parte dos posseiros frequentemente envolvia a luta armada (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).

<sup>9</sup> Donos da Fazenda Rio Branco em Parauapebas cujo grande patriarca, Geremia Lunardelli, ficou conhecido como Rei do Café por possuir 18 milhões de pés de café entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Essa Fazenda irá dar origem aos Assentamentos: Rio Branco, Palmares I e Palmares II.

<sup>10</sup> Segundo Pinto (1982), a Steel e a CVRD fazem um acordo para um programa unificado de pesquisa ficando a Meridional encarregada da execução dos trabalhos com a colaboração técnica da Vale. Foi criada logo em seguida uma nova empresa, a AMZA (Amazônia Mineração), na qual a CVRD detinha 50,9% do capital e a USS 49,1%.

<sup>11</sup> Partimos do entendimento de que os deslocamentos populacionais são características importantes da fronteira (VELHO, 1973), ao mesmo tempo que ela caracteriza-se por ser essencialmente o local do conflito social e uma zona de contato entre diferentes grupos sociais (MARTINS, 1997).

<sup>12</sup> O Cinturão Verde, como a nomenclatura nos refere, é um território fechado, envernizado de um componente ambiental. Este território fechado é composto pela “área dedicada à atividade mineradora e pela *Company Town* construída para abrigar seus trabalhadores; a teia urbana e os núcleos concentradores de trabalhadores urbanos e rurais; e finalmente as áreas de entorno em relação aos centros econômicos e políticos” (COELHO et al., 2002).

<sup>13</sup> Vila de garimpeiros.

<sup>14</sup> Delimitamos nosso entendimento sobre o conceito de território com base em Haesbaert (2016), que compreende o território como um espaço delimitado a partir de relações de poder, possuindo feições materiais, imateriais e dimensões político-econômicas e simbólico-culturais, que se entrecruzam em variadas escalas.

<sup>15</sup> Significa que o pesquisador, antes, poderia examinar um determinado fenômeno através da separação entre sujeito-objeto, agora, pode aproximar-se e incluir-se na jornada de pesquisa. A implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que procura eliminar, ou mesmo, diminuir a distância instituída entre sujeito e o objeto (BAITZ, 2006).

<sup>16</sup> Morador de uma terra de outrem que, portanto, é *sujeito* a ele.

<sup>17</sup> Frase dita por um dos assentados quando foi indagado no momento da entrevista do porquê vieram para o Pará.

<sup>18</sup> Frase dita por um dos informantes durante uma de nossas estadias no assentamento.

<sup>19</sup> Para Magalhães “[...] é através da *busca por melhoria* que eles (camponeses) verbalizam os diversos motivos individuais que estão na raiz da emigração [...] a melhoria diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico [...]” (MAGALHÃES, 2002, p. 266. Grifos da autora).

<sup>20</sup> Título de uma música de Zé Ramalho, cantor e compositor do estado da Paraíba no Nordeste brasileiro.

<sup>21</sup> Em nossa vivência na Palmares II a categoria *ajuda* está relacionada como uma atividade de *apoio* ao *trabalho na roça*. As crianças e adolescentes geralmente *ajudam* na roça. E não, exatamente, *trabalham* na roça. Seriam atividades com pesos diferenciados no componente econômico da unidade familiar de produção. O trabalho é central, permanente e periódico. Enquanto que o “ajuda” tem um caráter mais periférico e eventual. Por isso, é muito comum ao serem indagados sobre o início de seu trabalho na roça demarcarem uma posição neste sentido. Com 12 anos o senhor começou a trabalhar na agricultura? “Não, não eu ajudava meu pai na roça!”

<sup>22</sup> Agregados e moradores são duas categorias explicativas que nos remetem a fixação e “ter um sítio” para plantar. No entanto, na condição de sujeitos, ou seja, tendo um “patrão”, o dono da terra.

<sup>23</sup> “Liberto” está relacionado à reconstituição de sua autonomia. De ter terra própria e poder desenvolver suas atividades sem grandes “perturbações”. A essa condição de libertos, os discursos dos assentados nos remetem sempre ao tempo de agora, ou seja, ao tempo da conquista da terra com a instalação do assentamento.

<sup>24</sup> Produzida através de uma relação direta com a natureza e com o trabalho essencialmente familiar.

## Referências

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 25-50, 2006.

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Avaliação da Intervenção Fundiária do GETAT (1980-1987)**. Brasília, 1987. (mimeo).

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos, trechos e borocas**: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no Sudeste do Pará. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes. A polêmica ocupação dos Sem Terra na região de Carajás. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável** – uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA. NAEA. UNAMAZ, 1997.

COELHO, Maria Célia Nunes; LOPES, A.; SILVA, A.; SILVA, F.; FONSECA, H; MATOS, I.; SOUZA, M. Territórios, Cidades e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás/Pará-Amazônia Oriental. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. (Org.). **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)**, p. 1-25, 2002.

FABRINI, João Edmilson. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 75-94, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. **Revista do NERA** (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), S/nº. Presidente Prudente, 2001.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira** – campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. 2. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Otávio. **A Luta Pela Terra: a história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** – o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões sobre as representações camponesas. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. p. 235-274.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

MOREIRA, Vinicius Silva; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Reflexões sobre o Território e a Territorialidade para Compreender o Despertar de um Movimento Social. In: SAQUET, M. A. (Org.). **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta** – colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Presidente Prudente: UNESP, 2010. p. 257-284.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PINTO, Lúcio Flavio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero; Estúdio Alfa, 1982.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **GEOgrafias**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-24, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição do conceito de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária** – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores, 1973.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

Recebido em 19/06/2017.

Aceito para publicação em 23/03/2018.